

Estado do Paraná

Aletrênico H. 2604	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № 117/2022
:23/06/20 PI	Pregão Presencial para fins de Registro de Preços nº 071/2022
source	Processo LC nº 162 – Homologado em 22/06/2022
V Visio	••

JELICADO KO DIÁRIO OFIC	H. JO. 768
<i>24 106 122 r</i> i	

Ata de Registro de Preços de fornecimento de ração para peixes que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO e a empresa SOLIDARE AGÊNCIA DE NEGÓCIOS LTDA, nos termos da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores e na forma abaixo:

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, a empresa SOLIDARE AGÊNCIA DE NEGÓCIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 44.247.782/0001-33, com sede na Rua ramiro de Andrade, nº 260, Vila Santa Lucia, no Município de Limeira – São Paulo, CEP nº 13.486-067, telefone para contato: Celular (14) 99787-1008, e-mail: solidarenegocios@gmail.com, neste ato representada pela Sra. Solange Zancheti Vieira, portador da Cédula de Identidade nº 2.181.736-7 SSP/SP e do CPF/MF nº 153.089.538-30, Vila Santa Lucia, no Município de Límeira – São Paulo, vem pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, firmar com o CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Willy Barth, n.º 2885, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 95.719.472/0001-05, neste ato representado pela Prefeito, o senhor Prefeito Leomar Rohden, brasileiro, casado, portador do CPF nº 550.079,379-91, residente e domiciliado na Rua Guaratuba, Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, denominado MUNICÍPIO, obrigam-se ao que segue.

Cláusula primeira – Do Objeto:

Contratação de empresa(s) para futuro e eventual fornecimento de containers marítimos para uso da administração municipal, visando a utilização dos mesmos como "arquivo morto" e como "deposito de materiais diversos" de uso das secretarias do Município de Pato Bragado - PR:

LOTE	ITEM	QUANT	MED	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS	V. UNIT.	V. TOTAL
LOTE 1.		01	UN	CONTAINER ARQUIVO PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTAINER E DIMENSÕES: 01 Container Marítimo CAIXA REEFER 40" Pés HC Semi novo ou Usado, em perfeitas condições para o uso como container de armazenagem de arquivos da prefeitura, com Comprimento: 12,19m Largura: 2,44m Altura: 2,89m REVESTIMENTO INTERNO: Isolamento Térmico Interno em poliuretano injetado (Original do Container); Acabamento Interno em Inox ou Aluminio; PINTURA: Pintura externa com tratamento antiferrugem na cor cinza. Pintura interna (paredes e teto) na cor cinza; PISO: Piso Cerâmico uniforme, sem diferenças de tonalidade, sem diferenças geométricas e sem defeitos visuais; JANELAS: 02 Janelas de Vidro Incolor com Perfil de Alumínio Cinza na Medida de 1,00m x 1,00m; PORTA: Porta Original do Container em Funcionamento; e 01 Porta de Aço Carbono na Medida de 0,80m x 2,10m com Fundo Prime Cinza; ELÉTRICA: 15 Pontos Elétricos (Luminárias, Interruptores, Tomadas, Disjuntores, Caixa de Distribuição); OUTROS: 18 Prateleiras em Madeira com Estrutura em Metal sendo: 6 nas medidas de 12,00m x 0,37m x 0,30m (CxLxA) e 12 nas medidas de 11,20m x 0,37m x 0,30m (CxLxA). FRETE: Frete Simples para Pato Bragado/PR incluindo munck local para descarga ao lado (do caminhão) sem Obstáculos e/ou Movimentações. O container deve ser entregue na sede do município nas dependências do paço municipal no local a ser indicado pela Secretaría de Administração; GARANTIA: 01 (um) ano contra furos ou vazamentos;		74.500,00
	1	!	ı	PAREDES: As paredes externas do contéiner não poderão apresentar		



Estado do Paraná

		···	,			
				avarias significantes, tais como amassados, empenamentos e fissuras.		
				Serão permitidos recortes e aberturas nas paredes apenas para instalação		
ł	1		}	das janelas, porta e pontos elétricos (se necessário).	' l	l .
				*Janelas e portas devem ser instaladas em uma única face do container		:
				conforme imagem ilustrativa.		
				*Prateleiras devem ser entregues instaladas no container em forma de 03		
1				colunas (conforme imagens ilustrativas) fixas, sendo que duas colunas (a		
	1			do meio e a da face onde será instalada a porta lateral e janelas) deverão		
1	1	}	ł	ser instaladas de forma a possibilitar a entrada e circulação de pessoas	·	
1				entre os corredores através do acesso pela porta adicional lateral. O		
				interruptor para acionar as luminárias deverá ser instalado próximo a		
				porta adicional lateral. A estrutura metálica e de madeira das prateleiras		
	1			deverão suportar o peso das caixas de arquivos existentes na prefeitura		
Į.				municipal, inclusive quando preenchidas completamente pelas caixas.		
	ł		}	*O container deve ser fornecido juntamente a nota fiscal e comprovante		
	1			de nacionalização (se for de origem importada), comprovante de origem e		
				procedência, laudo de descontaminação e habitabilidade, planta		
				arquitetônica e elétrica (compatível com as especificações do objeto e		
				imagens ilustrativas do Anexo I deste termo de referência) para instalação		
				na sede do município;	i	
1	ł		}	* Prazo de entrega é de 90 dias da data de assinatura do instrumento	!	١
				contratual;		
				*Prazo de pagamento é de até 5 dias após a efetiva entrega do objeto,		
				emissão da nota fiscal e aceitação definitiva pelo fiscal de contratos.		
				Marca MSN		
4	01	02	UN	CONTAINER MARÍTIMO 20" PÉS DC - DE USO GERAL PARA AS DIVERSAS	26.000,00	52.000,00
1		}	ľ	SECRETARIAS - CONTAINER E DIMENSÕES: 01 Container Maritimo 20" Pés	ĺ	
				DC, Semi novo ou Usado, em perfeitas condições para o uso como		
				container de armazenagem de materiais diversos (materiais elétricos, de		
	ļ			construção, de consumo, pneus, etc), com Comprimento: 6,06m Largura:		
	1		ļ	2,44m Altura: 2,59m		
				PINTURA: Pintura externa com tratamento antiferrugem na cor cinza.		
	ĺ		[Pintura interna (paredes e teto) na cor cinza;		
				PISO: Piso de compensado naval, lixado e envernizado;		
1				PORTA: Porta Original do Container em Funcionamento; FRETE: Frete		
				Simples para Pato Bragado/PR incluindo munck local para descarga ao lado		
				(do caminhão) sem Obstáculos e/ou Movimentações. O container deve ser		
			j	entregue na sede do município no local a ser indicado pela secretaria	l	
([ĺ	solicitante.		
1				GARANTIA: 01 (um) ano contra furos ou vazamentos; PAREDES: As paredes externas do contêiner não poderão apresentar		
}				avarias significantes, tais como amassados, empenamentos e fissuras. Não		
				serão permitidos recortes e aberturas nas paredes e teto do container.		
1				*O container deve ser fornecido juntamente a nota fiscal e comprovante		
J]]	de nacionalização (se for de origem importada), comprovante de origem e		:
				procedência, laudo de descontaminação e habitabilidade, planta		
ļ				arquitetônica (compatível com as especificações do objeto deste termo de		
				referência) para instalação na sede do município;		
			İ	*Prazo de entrega é de 90 dias da data de assinatura do instrumento		
1				contratual;		
}] .		J	*Prazo de pagamento é de até 5 dias úteis após a efetiva entrega do		
1	1			1 · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
1			1	l Objeto, emissão da nota fiscal e aceitacão definitiva delo fiscal de l		
				objeto, emissão da nota fiscal e aceitação definitiva pelo fiscal de contratos, Marca MSN		

Cláusula segunda - Dos documentos aplicáveis e Fiscalização desta Ata de Registro de Preços Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão na Forma Eletrônica RP nº 071/2022, quanto à proposta adjudicada integram a presente Ata de Registro de Preços, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem. A fiscalização destas Atas de Registros de Preços, ficará à cargo do(s) seguinte(s) fiscal(is) de

- Claudia C. Kirsten Secretaria de Administração e Secretaria de Planejamento;
- Marlise R. Wojtiok Secretaria de Finanças, Gabinete do Prefeito;





Estado do Paraná

- Mauricio A. de Moraes Departamento de Cultura;
- Vanessa Cristine Bendo Assmann Secretaria de Educação, (Escola Municipal Marechal Deodoro) e (CMEI Gotinha de Mel);
- Debora A. Thomas Secretaria de Esportes e Lazer,
- Daiana Cristina Lehr Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo;
- Tatiane R. M. Follmer Secretaria de Assistência Social;
- Claudete L. Scaravonatto Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente;
- Gilson Leske Secretaria de Industria, Comercio, Turismo e Desenvolvimento Econômico
- Cleiton Gentelini Fundo Municipal De Saúde FMS

Parágrafo Único: Durante a execução contratual a contratante poderá incluir ou substituir os fiscais desta Ata de Registro de Preços, de acordo com interesse da administração pública, mediante termo de apostilamento contratual.

Cláusula terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira

- a) O valor global a ser praticado nesta Ata de Registro de Preços será de R\$ 126.500,00 (cento e vinte e seis mil e quinhentos reais).
- b) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a efetiva entrega das mercadorias/prestação dos serviços, condicionados ao termo de aceitação assinado pela Secretaria Municipal solicitante.
- c) Caso ocorra atraso no pagamento, por culpa exclusiva do Município, os valores devidos ao fornecedor serão atualizados pelo índice INPC ou outro que o vier a substituir, a contar do início do prazo previsto no item "b" desta cláusula.
- c) Na Nota Fiscal deverá constar à discriminação dos itens, número da licitação, número da Ata de Registro de Preços e outros dados que julgar convenientes, não apresentando rasura e/ou entrelinhas.
- d) A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.
- e) A liberação do pagamento poderá estar condicionada a apresentação de Negativas de Regularidade Fiscal, demonstrando situação regular <u>da Empresa</u> no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) O pagamento será efetuado via transferência Bancária, devendo para tanto a Empresa vencedora informar no ato da Entrega da Nota Fiscal a Agência Bancária e a Conta Corrente que deverá estar obrigatoriamente em nome da mesma.

Cláusula quarta - Da Vigência da Ata de Registro de Preços e do Crédito Orçamentário

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, iniciando-se na data de assinatura da mesma.

Antes do vencimento da Ata de Registro de Preços, restando saldo e sendo vantajoso para a Administração, o mesmo poderá ser contratado, se assim também for de interesse do fornecedor.

As despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços correrão a conta dos recursos financeiros disponíveis nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão	Unidade	Função	Sub Função	Programa	P/A/O	Despesa	Categoria	Fonte
7	2004	4	122	1050	05	511	449052340000	
11	2008	13	392	1200	22	1812	449052340000	505
12	2009	27	812	1250	24	2008	449052340000	505
13	2010	15	452	1350	26	2222	449052340000	505



Estado do Paraná

14	2011	8	243	1450	4	2724	449052340000	505
15	2012	18	452	1500	60	2945	449052340000	505
16	2013	22	661	1550	61	3323	449052340000	505
17	2014	10	301	1400	34	3794	449052340000	505
8	2005	4	123	1050	9	4977	449052340000	505
9	2006	4	121	1050	10	5265	449052340000	505
10	2007	12	361	1150	12	5266	449052340000	505

Cláusula Quinta - Direitos e Responsabilidades das Partes:

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto desta Ata de Registro de Preços nas condições avençadas, e da CONTRATADA:

- a) Fornecer as mercadorias no tempo, lugar e forma estabelecidos na Ata de Registro de Preços.
- b) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- c) Manter as condições da proposta pelo tempo de validade da mesma.
- d) O contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução desta Ata de Registro de Preços.

Cláusula Sexta - Sanções Administrativas para o Caso de Inadimplemento Contratual:

O atraso injustificado na execução da Ata de Registro de Preços sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora de 3% sobre o valor da Ata de Registro de Preços por dia de atraso, até o limite de 30 dias, após o qual será caracterizada a inexecução total da Ata de Registro de Preços;
- Multa compensatória de 10% sobre o valor da Ata de Registro de Preços;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própría autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos. A inexecução total do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:
- a) Advertência por escrito;
- b) Em caso de inexecução total, multa compensatória de 20% sobre o valor da Ata de Registro de Preços;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será declarado inidôneo para licitar com a Administração Pública pelo





Estado do Paraná

prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.

As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração em caso do infrator tenha sido contratado ou será inscrito em dívida ativa, caso o licitante não se sagre vencedor do certame.

Todas as sanções previstas neste item são de competência exclusiva do Chefe do Executivo

Cláusula Sétima - Da Rescisão:

O presente Contrato poderá ser rescindido caso quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei no. 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei 8.666/93.

Cláusula Oitava - Legislação Aplicável

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520/22, Decreto 3.555/2000, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei complementar Municipal 059/2015 e Decreto Municipal nº 048/2015 e com as alterações subsequentes, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

Cláusula Nona - Transmissão de Documentos:

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo ou por correio eletrônico. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

Cláusula Décima – Casos Omissos:

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 Lei 10.520/02, Decreto 3.555/2000, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei complementar Municipal 059/2015 e Decreto Municipal nº 048/2015 e suas alterações, e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Primeira - Das Obrigações da Contratada:

Além das naturalmente decorrentes do presente Contrato e daquelas previstas no Edital do presente procedimento licitatório, constituem obrigações da CONTRATADA:

✓ Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento como, fretes, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários, bem como qualquer custo relacionado a perfeita entrega.





Estado do Paraná

- ✓ Todo produto/serviço que apresente má qualidade, avarias, defeito de funcionamento irregular, que não for novo e sem uso, ou que não atenda as especificações do edital deverá ser substituído imediatamente pelo fornecedor.
- √ Só serão aceitas entregas completas, conforme descrito na ordem de serviço
- Se no ato do recebimento for constatado que a quantidade entregue/serviço prestado for diferente que o constante na nota fiscal ou na ordem de serviço todos os objetos serão recusados até a perfeita regularização por parte da empresa vencedora.
- ✓ Além da suspensão do pagamento a não regularização da entrega acarretará na aplicação de penalidades;
- ✓ O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelo Fiscal de Contratos da Secretaria solicitante, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação do(s) produto(s) constantes do anexo 1 deste edital, o mesmo deverá ser substituído pelo fornecedor, no prazo máximo de 3 (três) dias, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação, de acordo com a legislação vigente, e aplicação de multa de 10% sobre o valor do produto entregue de forma irregular.
- ✓ Todas as hipóteses de irregularidades são condições de suspensão do pagamento até a perfeita regularização por parte da empresa fornecedora e a aplicação de penalidades.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta,
- ✓ assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- ✓ Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a vigência do contrato, de acordo com o art. 55, XIII, da Lei 8.666/93, informando a Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.
- Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Contrato, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.
- ✓ Entregar os containers, com pontualidade e nos locais específicos determinados pela Contratante,
- bem como atender as demais condições do Edital.
- Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações do Edital e da proposta de preço apresentada, ao qual se vinculam, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.
- ✓ Considerar que a unidade e a qualidade, são pré-requisitos para o recebimento do item solicitado.
- ✓ Comunicar a Contratante imediatamente, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto da Licitação.
- Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto a Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante, de acordo com o art. 70 da Lei n.º8.666/93.
- Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, de acordo com as especificações contidas no Edital e na proposta de preço apresentada, ficando a licitante vencedora obrigada a corrigir, remover ou substituir em um prazo de até 10 (dez) dias uteis desde de que respeitado prazo máximo de entrega do objeto (90 dias), as suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou mal funcionamento.
- ✓ Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos, objeto da licitação.



Estado do Paraná

- ✓ Todas as despesas decorrentes da execução do objeto, contratação de pessoal, veículos (transporte) e demais encargos pertinentes ao fornecimento, entrega e descarregamento, serão de total responsabilidade da contratada.
- A Contratada deverá observar rigorosamente as normas técnicas, regulamentadoras, de segurança, de higiene, medicina do trabalho e ambientais, conforme exigido por meio do art. 12, inc. VII, da Lei 8.666/1993. Não manter em seu quadro de pessoal, menores de idade, em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- As notificações referidas neste item deverão ser realizadas por escrito e direcionadas ao gestor e/ou fiscal do contrato.
- Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme Lei n°: 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- Designar pessoa responsável para acompanhar o recebimento do objeto solicitado, sendo que o mesmo atestará a entrega, dentro das especificações da Nota de Empenho.
- Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.
- ✓ Notificar formal e tempestivamente a Contratada, sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.
- ✓ Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- ✓ Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as específicações e condições estabelecidas.
- ✓ Comunicar a Contratada qualquer irregularidade manifestada durante a vigência do contrato, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.
- ✓ Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.
- Permitir que os funcionários da Contratada tenham acesso aos locais de entrega e/ou instalação do objeto solicitado.

Cláusula Décima Segunda – Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para os fins e direito.

Pato Bragado - PR, em 23 de junho de 2022.

MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO - CÓNTRATANTE

LEOMAR ROHDEN

SOLANGE ZANCHÉTI VIEIRA:15308953830 Assinado de forma digital por SOLANGE ZANCHETI VIEIRA: 15308953830

DN: c=BR: c=ICP-Brasil, ou=AC CERTIFICA MINAS v5, ou=27160056000160

Ou=Presencial, ou=Certificado PF A1, cn=SOLANGE ZANCHETI

VIEIRA:15308953830

SOLIDARE AGÊNCIA DE NEGÓCIOS LTDA – CONTRATADO SOLANGE ZANCHETI VIEIRA